

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0501-18

Itaqui(RS), 08 de outubro de 2018.

Exmo. Sr. Vereador
LEONARDO DICSON SANCHES BETIN
Presidente da Câmara de Vereadores
Palácio Rincão da Cruz
Rua Dr. João Sisnando Dubal Goulart, nº 942
Bairro: Centro
CEP: 97650-000
Itaqui – RS

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei.

Excelentíssimo Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar, para apreciação e decisão por parte dessa Casa Legislativa, o **Projeto de Lei nº 056-18, de 08-10-2018**, que busca autorização para “*abrir Crédito Especial por Arrecadação a Maior no valor de R\$ 96.000,00.*”

Colocamo-nos a disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Protocolo

Protocolo

Protocolo

Ruínas

Protocolo nº 01

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 056-18, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial por Arrecadação a Maior no valor de R\$ 96.000,00.

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial por Arrecadação à Maior, no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), para ser aplicado no seguinte Órgão e Rubrica:

ÓRGÃO	7	SECRETARIA MUN. DA SAÚDE	
UNIDADE	02	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - VINCULADO	
FUNÇÃO	10	SAÚDE	
SUB FUNÇÃO	301	ATENÇÃO BÁSICA	
PROGRAMA	75	ATENÇÃO BÁSICA	
PROJ/ATIV	1054	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESTADO	
CÓDIGO	339093000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 96.000,00
RECURSO	4090	PSF- SAÚDE P/ TODOS	

Art. 2º Servirá de recurso ao Crédito Especial por Arrecadação à Maior o saldo conforme relatório de repasse e Resolução nº 160/18 – CIB / RS.

Total: R\$ 96.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de outubro de 2018.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Protocolo

Protocolo

Rubrica

Folha nº 02

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 056-18, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Câmara de Vereadores, o anexo Projeto de Lei nº 056-18, de 08-10-2018, que pretende colher a indispensável autorização legislativa para abrir Crédito Especial por Arrecadação à Maior, pela necessidade de inclusão no orçamento, do elemento desta despesa, para que sejam cumpridas de forma legal, as orientações do Art 1º, da Resolução nº 160/18 – CIB/RS, referente a ressarcimentos de valores vinculados recebidos em atraso a conta de origem, solicitado pela Secretaria de Saúde e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, Através de Ata nº 06/2018 e retificado na Ata nº 09/2018.

São estas as razões que justificam o encaminhamento do Projeto de Lei.

Gabinete do Prefeito, em 08 de outubro de 2018.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Protocolo

Protocolo

Rubrica

Folha nº 03



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE



RESOLUÇÃO Nº 160/18 – CIB / RS

A **Comissão Intergestores Bipartite/RS**, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

a Lei Complementar nº 141, de 12 de janeiro de 2012 que dispõe sobre as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de governo e dá outras providências;

a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências;

a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

a responsabilidade conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pelo financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS);

a crise financeira que assola o País, o Estado e os municípios do Rio Grande do Sul;

que a Secretaria de Estado da Saúde dispõe de recursos financeiros limitados para novos investimentos, priorizando a manutenção dos serviços já existentes;

que os valores dos programas de saúde incentivados pelo Estado, junto aos municípios apresentaram pendências parciais de pagamento, referente ao exercício 2017;

que os municípios financiaram nesse período, com recursos próprios, os programas habilitados a repasses estaduais, em seu território,

a pactuação realizada na Reunião da CIB/RS, de 09/05/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o ressarcimento pelos Fundos municipais de Saúde, dos valores em atraso a serem pagos pelo Estado, referente ao exercício de 2017, dos programas que tenham sido financiados com recursos dos municípios.

Art. 2º - O repasse dos valores em atraso será efetuado, do Fundo Estadual de Saúde – FES/SES aos Fundos Municipais de Saúde- FMS, com a entrada de receita vinculada ao Programa de origem do recurso.

Parágrafo Único - O Gestor Municipal poderá utilizar este recurso, de acordo com as suas necessidades, desde que as ações e serviços estejam contempladas nos Instrumentos de Gestão e Planejamento do Município, conforme legislação vigente.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

Protocolo

Protocolo

Rubrica

Folha nº

04



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE



Art. 3º - Os recursos recebidos pelo Gestor Municipal devem ser contabilizados conforme detalhamento:

- I. constatação de recebimento dos valores;
- II. contabilização da entrada da receita nos vínculos contábeis do Relatório de Gestão-Tabela de Vínculos, disponível no sítio da SES, www.saude.rs.gov.br - Espaço do Gestor, do Prestador e do Profissional de Saúde > Relacionamento com o FES > Vinculação de Recursos;
- III. empenho da despesa dos valores passíveis de ressarcimento com o histórico - "Despesa já efetuada pelo município. Valor ressarcido para a conta de origem desta despesa.

Art. 4º - A utilização do recurso deverá constar do Relatório de Gestão Municipal e dos outros documentos contábeis do Município, apresentados quadrimestralmente à respectiva Coordenadoria Regional de Saúde - CRS/SES.

Art. 5º - O município deverá comprovar a execução regular das ações e serviços de saúde que dependiam de contrapartida Estadual, no período em que não recebeu os repasses do Estado, através de "ATESTO" de seu Conselho Municipal de Saúde, dentro do Relatório de Gestão.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua publicação.

Porto Alegre, 11 de maio de 2018.

FRANCISCO A. Z. PAZ
Presidente da Comissão Intergestores Bipartite/RS

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Protocolo

Protocolo

Rubrica

Folha nº 05